

-----ATA NÚMERO 25/2017-----

REUNIÃO ORDINÁRIA, E PÚBLICA, DA CÂMARA MUNICIPAL DO FUNCHAL, REALIZADA EM SEIS DE JULHO DO ANO DOIS MIL E DEZASSETE.-----

-----Aos seis dias do mês de julho do ano dois mil e dezassete, nesta Cidade do Funchal, Edifício dos Paços do Município e Sala de Reuniões, reuniu a Câmara Municipal, pelas dez horas, sob a Presidência do Senhor Presidente, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, estando presentes a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo Luis, e os Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, João José Sales Fernandes Correia, José Manuel de Sousa Rodrigues, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Vanda Maria de Fátima Sousa de França Correia de Jesus, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia e João José Nascimento Rodrigues. A secretariar esteve presente Catarina Isabel Sousa Pereira, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração.-----

---Presentes ainda, os Senhores Rui Anacleto Mendes Alves e Ênio Vieira Martins, que substituem, nos termos e ao abrigo do disposto nos artigos 78º e 79º da Lei número 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei número 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Senhores Vereadores Bruno Miguel Camacho Pereira e Artur Alberto Fernandes Andrade, do PSD e CDU, respetivamente.-----

---Além dos acima referidos, também estiveram presentes nesta reunião, a Adjunta do Gabinete de Apoio à Presidência, Andreia Caetano e as Adjuntas do Gabinete de Apoio à Vereação, Sandra

Silva e Mabely Moreira.-----

-----Verificado o quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: - Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior a qual, previamente distribuída em minuta aos Senhores Vereadores, foi aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

INTERVENÇÃO DA VERAÇÃO: - Iniciando este período, o Senhor Vereador João Correia, do PSD, alertou para a necessidade do reforço da limpeza dos passeios na Rua Pedro José de Ornelas, devido à existência de flores provenientes das “Tipuanas”, bem como para a limpeza de matagal no terreno, junto ao Tecnopolo, a norte do estacionamento da Universidade da Madeira, assim como dos arruamentos e passeios em volta daquele estabelecimento.-----

----- - Em relação a esta questão, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que era efetuada limpeza várias vezes por semana, na Rua Pedro José de Ornelas, mas que iria alertar os serviços para a necessidade do reforço. Quanto ao terreno no Tecnopolo disse que seria identificado o proprietário para posterior notificação.-----

-----Relativamente ao arruamento interno da Universidade, esclareceu que não era público mas pertencente ao complexo que inclui o Tecnopolo e a Universidade. -----

----- - Retomando a palavra, o Senhor Vereador João Correia, do

PSD, questionou sobre a realização de testes nas ribeiras e da oportunidade de serem efetuados nesta altura com caudais mais baixos, bem como para o facto de a população não ter sido informada, resultando alguma apreensão.-----

-----Por fim, este mesmo Vereador, referiu-se ao assunto relacionado com as águas balneares e a interdição da “Doca do Cavacas”, ao que a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, esclareceu que fora recebido, por parte da DROTA, não uma interdição mas o desaconselhamento da utilização das águas que tendo sido objeto de averiguação não foi detetada qualquer descarga.-----

----- - Ainda sobre a questão das águas balneares o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que a suspeita levantada anteriormente dos balneários do Lido, foi verificada e a estação elevatória estaria a funcionar em pleno, a exemplo dos fontenários existentes não se constatando nenhuma anomalia. “Está prevista uma intervenção, por baixo do pavimento a norte do Lido para verificação da situação”, acrescentou.-----

-----Relativamente à maré vermelha na Ribeira de João Gomes, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que “o produto utilizado não é tóxico, sendo utilizado há muito tempo a fim de detetar derrames. Houve uma suspeita de um derrame na zona do Hotel do Carmo, na Travessa do Rego, ainda que toda a rede de águas residuais tenha sido substituída no ano passado, no entanto, verificou-se algumas situações e não sendo de águas

residuais porque foram testadas, foi feito um teste na rede das águas pluviais que desaguam na ribeira. Foram colocados identificadores nas caixas e nada chegou ao Hotel pelo que desaguou todo o produto na ribeira, reforçando que se trata de um procedimento normal”.

----- - Usando da palavra, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, e relativamente às candidaturas ao apoio aos manuais escolares, questionou qual a previsão para entrega dos “vouchers” ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, informou que as pessoas seriam contactadas estando prevista a entrega no prazo de uma semana.

----- - Intervindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, lembrou a questão da Lei do Ruído que não estaria a ser aplicada. “Este é um problema que afeta os residentes e turistas sobretudo nas horas noturnas e cuja fonte do ruído provém, essencialmente, de veículos motorizados. Será que a cidade tem um mapa de ruído, conforme exige o Decreto-Lei número nove, de dois mil e sete? Existe um plano de redução do ruído para a cidade? É necessário que se faça um esforço junto da PSP para a medição destes ruídos”, disse.

-----Continuando, este mesmo Vereador, referiu a boa iniciativa pela criação do Posto de Turismo da Autarquia, alertando, contudo, para a necessidade de melhores condições para os funcionários, ao que o Senhor Presidente esclareceu que o referido Posto possui acesso a pessoas com mobilidade reduzida, ar

condicionado e conforto e devido à sua localização não era possível ter uma estrutura maior.-----

-----Prosseguindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, alertou para um derrame de água na descida da Rua Penha de França, bem como para o facto dos bebedouros da cidade estarem sem água com a agravante de que na Praça “Amarela” ter sido retirado o único que lá existia.-----

----- - Relativamente a esta questão, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, informou que já fora assinado o contrato referente à recuperação do mobiliário urbano no qual estaria incluído a substituição dos bebedouros e por essa razão poderá justificar-se o facto de alguns terem já sido retirados e outros estarem sem água. Informou ainda que “estes novos bebedouros poderão ser utilizados também por animais, na parte inferior dos mesmos, através do reaproveitamento da água que escoa quando as pessoas o utilizam. O sistema será diferente de forma a evitar o estrago sucessivo”.-----

----- - Por sua vez, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou se os bebedouros estariam adaptados para as pessoas portadoras de deficiência, ao que o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, disse que mandaria averiguar junto do serviço competente.-----

----- - Por último, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, referiu-se à danificação do painel de azulejos colocado no acesso ao túnel para o Bairro da Nazaré.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

---Iniciou-se a apreciação dos assuntos constantes da ordem do dia e pela sequência nela prevista:-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO AO PÚBLICO: - Interveio o munícipe abaixo identificado, inscrito previamente na Divisão de Atendimento e Informação, colocando a sua questão:-----

--- - Ana Catarina Gomes Pinto – exposição sobre obras de manutenção em prédio e falta de bocas-de-incêndio (não compareceu);-----

--- - Carlos Manuel Freitas Fernandes – reclamação contra obras ilegais no prédio situado no Caminho da Achada, número cento e trinta e dois, freguesia de São Roque (procº 30066/2016).-----

--- - Relativamente a este assunto, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, referiu que “este processo já decorre há cerca de sete anos tendo já sido decretada a demolição, no entanto, a proprietária apresentou um projeto de legalização que foi inviabilizado pela não concordância do reclamante. A fiscalização já fez várias tentativas para efetuar a vistoria, que se revelaram infrutíferas devido à ausência da proprietária, mas serão efetuadas outras tentativas de forma a terminar este processo o mais breve possível”.-----

1 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO:-----

----- - **Abertura do Período de Discussão Pública da Proposta de Revisão do Plano Diretor Municipal do Funchal e do respetivo Relatório Ambiental:** - Em presença do respetivo

processo, a Câmara deliberou, por maioria, com abstenção do PSD e CDS/PP, e de acordo com o proposto na informação da Divisão de Estudos e Estratégia (ref^a 37/DEE/2017), proceder à abertura do período de discussão pública do processo de revisão do Plano Diretor Municipal do Funchal e respetivo Relatório Ambiental, nos termos do número três do artigo cinquenta e cinco, do Decreto Legislativo Regional número quarenta e três/dois mil e oito/M, de vinte e três de Dezembro.-----

---A presente deliberação é, ao abrigo do disposto nos números três e quatro do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco/dois mil e treze, de doze de setembro, e do número três do artigo vinte um do Regimento das Reuniões, aprovada em minuta para a produção de efeitos imediatos.-----

--- - Relativamente a este assunto, o Senhor Presidente informou que os documentos estariam disponíveis, para consulta, em todas as Juntas de Freguesia e não apenas naquelas mencionadas na deliberação. Informou também que haveria um site específico para a temática e uma sala preparada para o efeito, na Divisão de Sistemas e Informação, com uma equipa de técnicos da Autarquia pronta para atender os munícipes, que poderão participar online, tendo sido criada uma ficha tipo e em suporte papel que poderão ser entregues na Loja do Município. “Haverá três sessões de apresentação pública, sendo uma na Universidade da Madeira, outra na Reitoria ainda com data a definir e outras duas no Centro Cívico de São Martinho, a oito de agosto e outra no Centro Cívico

de Santo António a vinte três do mesmo mês”, frisou.-----

--- - Usando da palavra, o Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, por sua vez, disse que o período deveria ter sido alargado a quarenta e cinco dias, atendendo a que irá abranger grande parte da altura de férias.-----

--- - Intervindo, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, disse que apesar das perspetivas de fraca participação se fosse dado mais tempo poderia haver uma maior participação dado que abrange o período de férias, tendo proposto que o mesmo fosse alargado para quarenta e cinco dias úteis.-----

--- - Relativamente a esta questão, o Senhor Presidente informou que o tempo de discussão foi refletido e considerado suficiente, lembrando que aquele debate e discussão já se iniciara há mais de dois meses com as Conferências “Projetar o Futuro”.-----

2 – OBRAS PÚBLICAS E INFRAESTRUTURAS:-----

Empreitada de “Recuperação dos Percursos Pedestres do Parque Ecológico” – Plano de Segurança e Saúde da Obra:

- Conforme proposto na informação da Divisão de Recursos Humanos – Serviço de Segurança no Trabalho (ref^a 45/DRH/SST/2017), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o plano de segurança e saúde da obra, referente ao Empreendimento de “Recuperação dos Percursos Pedestres do Parque Ecológico”.-----

Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira a um Troço do Caminho dos Tornos – Projeto de Execução: - Em face

do respetivo processo e de acordo com o proposto na informação do Departamento de Infraestruturas e Equipamentos (ref^a. 128/JP/DIE/2017), a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de execução de “Consolidação Estrutural da Encosta Sobranceira a um Troço do Caminho dos Tornos”, pelo valor estimado de € 1.860.000.00 (um milhão oitocentos e sessenta mil euros).-----

--- - Intervindo sobre este assunto, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, questionou se fora este o projeto candidatado ao POSEUR e se haveria possibilidade de obter o parecer do LREC relativo à insegurança da escarpa sobranceira ao Caminho dos Tornos.-----

--- - O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, esclareceu: “Este projeto será submetido a candidatura ao POSEUR após a sua aprovação. As escarpas afetadas foram alvo de duas candidaturas, a primeira, logo após os incêndios, para a pré-consolidação e depois dos projetos concluídos, serão submetidas ao segundo aviso, para a consolidação definitiva daquelas que foram intervencionadas, ao abrigo do primeiro aviso, que no caso da Autarquia foram de seis escarpas”.-----

-----Foi entregue a todos os Vereadores presentes, uma cópia do parecer do LREC, solicitado pela Autarquia, acerca da escarpa sobranceira ao Caminho dos Tornos, freguesia do Monte, que constará, por fotocópia, como anexo (A) à presente Ata.-----

----- - **Empreitada de Redes de Distribuição de Água e das**

Redes Pluviais e Residuais da Rua do Bom Jesus entre a Rua 31 de Janeiro e a Rua das Hortas – Adjudicação:

- A Câmara deliberou, por unanimidade, adjudicar a “Empreitada das Redes de Distribuição de Água e das Redes Pluviais e Residuais da Rua do Bom Jesus entre a Rua 31 de Janeiro e a Rua das Hortas”, à Tecnovia Madeira, S.A., pelo valor de € 188.000,00 (cento e oitenta e oito mil euros), acrescido de IVA á taxa legal em vigor, nos termos do relatório final.-----

3 – PRÉMIO MUNICIPAL MARIA AURORA – Nomeação do Júri:

- Subscrita pelo Senhor Presidente, foi presente a proposta de deliberação do seguinte teor:-----

---“Ao abrigo do art.º 9º do Regulamento do Prémio Municipal Maria Aurora, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal do Funchal, delibere a constituição do júri do Prémio Municipal Maria Aurora com a seguinte composição: - representante da Câmara Municipal do Funchal: Vereadora Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes (art.º 9º, a)); representantes do Departamento de Educação e Qualidade de Vida: Iolanda Catarina do Vale Lucas, Diretora do Departamento de Educação e Qualidade de Vida e José João Pereira Fernandes, Assistente Técnico do Departamento de Educação e Qualidade de Vida (art.º 9º., b)); - representantes da sociedade civil: Profª Doutora Cristina Pinheiro e Prof. Doutor João Nelson Veríssimo (artº 9º, c))”.-----

--- - Em relação a este assunto, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou o facto da escolha de um assistente

técnico para integrar o júri, tendo em conta as restantes categorias profissionais, ao que a Senhora Vereadora Madalena Nunes, da Mudança, informou que o técnico em questão é licenciado há vários anos e ao abrigo da mobilidade irá ser reclassificado para a respetiva categoria de Técnico Superior.-----

--- - Colocada à votação foi aprovada, por unanimidade.-----

4 – ÁGUA E SANEAMENTO BÁSICO – Indemnizações: - A pedido de André Tobias Sousa Gonçalves (procº 26731/2017), a Câmara deliberou, por unanimidade, tendo por base a informação da Divisão de Água e Saneamento Básico (refª 234/DIE/DASB/2017), aprovar o pagamento de € 603,90 (seiscentos e três euros e noventa cêntimos), pelos danos materiais causados na moradia situada à Rua Nova Pedro José de Ornelas, número cinquenta e um-E, freguesia de Santa Luzia, devido a infiltrações provenientes duma rotura no ramal de distribuição de água.-----

----- - Perante o requerimento apresentado por José Borges Matias (procº 28491/17), a Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação da Divisão de Águas e Saneamento Básico (refª 222/2017/DASB), aprovar a indemnização no valor de € 2.086,00 (dois mil e oitenta e seis euros), referente aos danos causados na moradia, sita à Rua da Montanha, número oitenta e seis, freguesia de São Gonçalo, provocados por infiltrações, devido a uma rotura na rede de água potável.-----

5 – URBANISMO:-----

-----**5.1 – Loteamento:** - Relativamente ao pedido formulado por

Jacinto Luis Bulcão Amorim (proc.º 86297/17, sub-proc.º 2009000570), para a alteração dos lotes vinte e vinte e um do alvará de loteamento número catorze/dois mil e quatro, nomeadamente a anexação dos lotes, situado à Rua da Encosta do Pico da Cruz, freguesia de São Martinho, a Câmara deliberou, por unanimidade, tomar, a seguinte deliberação: “Nos termos do artigo 5º, nº 1 do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (D.L. 555/99, de 16712, na redação do D.L. 136/2014, de 9/9, é deferida a anexação dos lotes números 20 e 21 com 255.00m2 d 245.00m2 respetivamente, dando origem ao lote B com 500.00 m2, sujeito aos seguintes parâmetros urbanísticos: Área do lote B – 500 m2; Índice de Implantação máximo – 0.30; Índice de Construção máximo – 0,60; Tipologia admitida – Moradia unifamiliar isolada; Número de pisos acima da cota de soleira – 2; Número de pisos abaixo da cota de soleira – 1; Cota de Soleira – 53.60; Cércea máxima – 7.50 m; Afastamento frontal e tardoz – 5.45 e 6.00 m/Afastamentos laterais – 3.00 m”.

--- - O Senhor Vereador João Rodrigues, do PSD, questionou acerca da cércea máxima de 7.50 m, tendo o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, informado que os parâmetros urbanísticos do loteamento, mantêm-se-----

-----5.2 - **Benefícios Fiscais/Área de Reabilitação Urbana**

(ARU): - Em face do requerimento de Joel António da Silva Lima, representado por Marisela Lima Maia Faria (procº 15922/17, sub-procº 2015000296), solicitando a atribuição de benefícios fiscais

associados à Área de Reabilitação Urbana (ARU), decorrentes da execução da obra de reabilitação e ampliação do prédio situado à Rua da Figueira Preta, número vinte e nove, freguesia da Sé, a Câmara deliberou deferir, por unanimidade, com base e nos termos da informação da Divisão Jurídica (refª 386/DJF/DJ/2017).-----

6 – PROPOSTAS DA VEREAÇÃO:-----

----- - **Proposta da CDU, intitulada “Avaliação da situação e medidas relativas à prevenção de incêndios”**: - Foi apresentada pelo Senhor Vereador Ênio Martins, da CDU, a proposta mencionada em título, do seguinte teor:-----

---“Estamos muito próximos de assinalar um ano desde os incêndios de agosto de 2016. É necessário e urgente fazer uma avaliação da situação e medidas tomadas relativamente à prevenção de incêndios, nomeadamente no respeitante a: 1. – Vigilância e meios de proximidade de combate a incêndios; 2. – Limpeza de terrenos, com particular incidência nas zonas de risco; 3. – Estado da rede de bocas-de-incêndio e seu eventual reforço; 4. – Preservação do Parque Ecológico e do denominado “tampão verde” nos montados de Santo António e São Roque; 5. – Identificação dos equipamentos públicos da cidade em zonas de risco e da respetiva envolvência, 6 – Plano de Emergência de equipamentos públicos e grandes estabelecimentos privados. Estas constituem algumas das áreas e questões que interessa analisar, avaliar as medidas entretanto implementadas e identificar que outras podem ser equacionadas”.-----

--- - O Senhor Presidente, sobre este documento, deu a palavra aos Senhores Vereadores atendendo a que os assuntos propostos abrangem várias áreas.-----

---Continuando a sua intervenção, o Senhor Vereador Ênio Martins, referiu que “ao aproximar-se a passagem do primeiro ano após os terríveis incêndios de Agosto de 2016, torna-se necessário efetuar um balanço e uma reflexão sobre um conjunto de medidas que foram propostas numa resolução apresentada pela CDU em Setembro de 2016, e aprovadas e, naturalmente, conhecer o ponto da situação quanto à sua implementação. Há um conjunto variado de questões que interessa clarificar. As questões relativas à elaboração dos projetos de reabilitação das habitações que são da responsabilidade da Câmara Municipal estão atrasados, assim como os apoios do Governo à recuperação dessas mesmas habitações. Inclusive, temos informação de que há situações em que já foram elaborados dois projetos de recuperação, outras em que as famílias receberam uma parte das verbas e continuam à espera das restantes. Mas outras questões interessam clarificar. A situação das bocas-de-incêndio que não funcionaram convenientemente durante os incêndios. Que meios, quer humanos, quer materiais foram, entretanto, reforçados e que tipo de dispositivo está previsto. A limpeza dos terrenos, algo sempre falado, mas, igualmente sempre adiado. E, convém não esquecer que alguns dos terrenos eram propriedade pública. Enfim, um conjunto de questões, todas elas importantes e às quais interessa,

naturalmente, conhecer qual o ponto da situação atual e de que forma estão a ser acompanhadas e perspetivadas estas questões, de forma a evitar nova catástrofe”.-----

--- - No que se refere à Limpeza de Terrenos, com particular incidência nas zonas de risco e Preservação do Parque Ecológico e do denominado “Tampão Verde”, nos montados de Santo António e São Roque, a Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, informou que “a prioridade dos trabalhos desenvolvidos pelos operadores florestais do Parque Ecológico, é a gestão das espécies de caráter invasor que são potenciais percursoras do fogo. Independentemente deste trabalho contínuo, encontra-se em fase de adjudicação (que se prevê para a próxima semana), a contratação de uma prestação de serviços de limpeza preventiva de vegetação herbácea, que ocupa os caminhos florestais e eventuais regularizações pontuais do piso, remoção de terras, pedras e árvores caídas. O Município viu recentemente aprovada a sua candidatura ao PRODERAM 2020, no valor de um milhão e trezentos mil euros. Este projeto contempla as seguintes rubricas de investimentos: a Reflorestação, o Controlo da erosão, as Infraestruturas (Beneficiação do caminho florestal) e a Reabilitação das áreas florestais. Foi feita a elaboração de uma outra candidatura ao PRODERAM, sobre a qual aguardamos decisão final, no valor de cerca de quinhentos e cinquenta mil euros, para aquisição de equipamentos mecânicos, para a gestão de combustíveis e de equipamentos de prevenção, no qual se inclui

uma viatura pesada multifunções para apoiar os trabalhos de manutenção florestal e de combate a incêndios florestais. Foi realizada uma conferência sobre a floresta e Alterações Climáticas, proferida pelo Professor Joaquim Sande Silva, bem como um Workshop no âmbito da prevenção de catástrofes. Encontra-se também em fase de conclusão, o Plano de Gestão Florestal do Parque Ecológico do Funchal, que prevê uma serie de medidas de ordenamento florestal ao nível da prevenção de incêndios. No âmbito da formação, os colaboradores do Parque Ecológico do Funchal, frequentaram o curso de gestão de combustíveis, através de técnicas de fogo controlado. Ainda nesta área está previsto um curso de combate a incêndios florestais para oito colaboradores do Parque. Por fim e em relação ao “Tampão Verde” quero salientar que a responsabilidade é do Governo Regional”.

--- - Intervindo sobre esta questão, o Senhor Vereador Domingos Rodrigues, da Mudança, disse que algumas das questões foram já suscitadas e abordadas anteriormente, referindo que existem responsabilidades partilhadas com a Proteção Civil Regional e algumas destas não eram da competência da Autarquia. Referiu a existência do Plano Operacional de Combate aos Incêndios Florestais (POCIF), coordenado pela Proteção Civil Regional, no qual estão integrados os Bombeiros Sapadores do Funchal, com duas equipas direcionadas contra os incêndios florestais e outras duas em prevenção. “Tem sido efetuada uma aposta na formação dos bombeiros, principalmente em zonas de transição. Referiu

também a criação das Unidades Locais de Proteção Civil, cujo objetivo é trabalhar com a população local dando formação e ferramentas no sentido de aumentar a sua resiliência e diminuir a vulnerabilidade em relação às catástrofes naturais. Informou ainda que existe uma equipa que está a trabalhar com “drones” no sentido de aumentar a capacidade de observação sem correr riscos e para apoio à tomada de decisão. Os equipamentos públicos e de risco estão devidamente identificados. Quanto à revisão do Plano Municipal de Emergência, está em fase de conclusão. De resto, haverá oportunidade de discutir sobre as zonas de risco e sobre os equipamentos no período de discussão do PDM”.-----

--- - O Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, e relativamente às bocas-de-incêndio, disse que está a ser efetuado uma análise e diagnóstico a todas as existentes na cidade. “Neste momento, 10% das bocas-de-incêndio já estão com diagnóstico efetuado, nomeadamente nas zonas altas. Até à data constatou-se que existe apenas uma inoperacional, e sinalizadas algumas com uso abusivo. Este levantamento está a ser efetuado de forma exaustiva, medindo a pressão, efetuando a numeração das bocas-de-incêndio e hidrantes, assim como a classificação das bocas de encaixe. Este levantamento está quase finalizado nas freguesias de Santo António e São Roque e seguir-se-ão as freguesias do Monte, Santa Maria Maior e São Gonçalo. Identificou-se que 90% das bocas-de-incêndio não possuem tampas porque são sistematicamente roubadas e, eventualmente, a solução passará

pelos bombeiros terem nas viaturas um kit de tampas. Alerto também para o facto de que mesmo estando as bocas-de-incêndio operacionais, se em caso de incêndio forem abertas todas as bocas, a rede não terá pressão suficiente para suprir estas necessidades”.-

--- - Intervindo, a Senhora Vereadora Vanda de Jesus, do PSD, questionou se no levantamento fora detetada a necessidade de colocação de hidrantes nalguma zona.-----

--- - Respondendo, o Senhor Vereador Miguel Gouveia, da Mudança, disse: “Esta questão não está prevista no âmbito deste levantamento, acentuando que não está em causa a operacionalidade em caso de necessidade de utilização. Todas as obras lançadas, quer sejam de rede de águas pluviais ou residuais, consideram-se a instalação da colocação de hidrantes”.-----

--- - Usando da palavra, o Senhor Vereador José Manuel Rodrigues, do CDS/PP, opinou que “infelizmente não está certo que a cidade esteja mais segura em relação a agosto do ano passado apresentando os mesmos riscos ou ainda mais, se bem que uma parte já ardeu e, a avaliar pelas declarações do Comandante dos Bombeiros Municipais, existem ainda algumas zonas de grande risco. Poderia ter sido feito muito mais, quer pela Câmara quer pelo Governo Regional em matéria de limpezas, de preparação e de prevenção para o combate aos fogos. Apresento dois exemplos de terrenos privados que não estão limpos, um junto ao acesso à Nazaré, antes do túnel e outro no Campo da Barca, junto ao edifício do Governo, bem como o quarteirão junto ao “La

Vie”.-----

--- - A Senhora Vice-Presidente, Idalina Perestrelo, disse que no primeiro caso o proprietário já fora notificado e no que se refere ao segundo será solicitada averiguação junto dos serviços competentes.-----

ENCERRAMENTO: - Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião às doze horas.-----

De tudo para constar se lavrou a presente ata que eu, Chefe de Divisão de Atendimento e Administração, na qualidade de Secretária, a redigi e subscrevo.-----

Nota: Ata publicitada pelo Edital nº 277/2017, publicada nos locais de estilo.